



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

JOSÉ HÉLIO CORDEIRO GONÇALVES

**PATRÍCIOS E CORDEIROS: A CONSTRUÇÃO DE UM CAPITAL POLÍTICO NO
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ – PB (1961 – 1982)**

**CAMPINA GRANDE – PB
2014**

JOSÉ HÉLIO CORDEIRO GONÇALVES

**PATRÍCIOS E CORDEIROS: A CONSTRUÇÃO DE UM CAPITAL POLÍTICO NO
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ – PB (1961 – 1982)**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do Título de Licenciado em História.

Orientador: Prof^o. Dr. Josemir Camilo de Melo

CAMPINA GRANDE – PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

G635p Gonçalves, José Hélio Cordeiro
Patricios e cordeiros [manuscrito]: a construção de um
capital político no município de São Vicente do Seridó – PB
(1961 – 1982) / José Hélio Cordeiro Gonçalves. – 2014.
43 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
“Orientação: Prof. Dr. Josemir Camilo de Melo,
Departamento de História”.

1. Política 2. Capital Político 3. Teoria do Poder Simbólico
4. Poder Executivo I. Título

21. ed. CDD 320

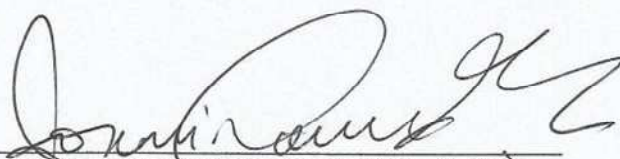
JOSÉ HÉLIO CORDEIRO GONÇALVES

PATRÍCIOS E CORDEIROS: A CONSTRUÇÃO DE UM CAPITAL POLÍTICO NO
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ – PB (1961 – 1982)

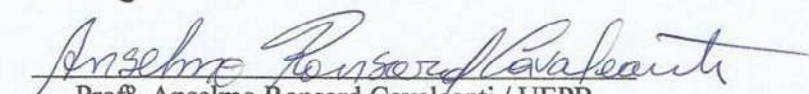
Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura Plena em História da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento às exigências para
obtenção do Título de Licenciado em
História.

Aprovado em: 25,07,2014.

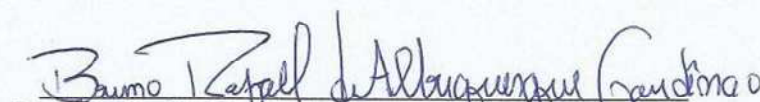
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Josemir Camilo de Melo / UEPB
Orientador



Prof. Anselmo Ronsard Cavalcanti / UEPB
Examinador



Prof. Ms. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio / UEPB
Examinador

DEDICATÓRIA

A Deus o autor da minha vida, por está sempre ao meu lado durante toda minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

À Deus por ter sempre me ajudado na minha caminhada acadêmica.

Ao meu professor orientador Drº Josemir Camilo de Melo pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação e apoio.

A minha esposa Luanna da Cunha Soares Cordeiro por está sempre ao meu lado, me apoiando nos momentos mais cruciais da elaboração deste trabalho.

Aos meus pais e a toda minha família pelo apoio e incentivo.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que me proporcionaram o primeiro passo na busca pelo conhecimento.

À banca examinadora, composta pelo meu orientador e pelos professores Anselmo Ronsard Cavalcanti e Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio.

As pessoas que dispuseram um pouco do seu tempo para nos conceder as entrevistas, Manoel Cordeiro, Gutemberg Cordeiro Martins, Damião Zelo de Gouveia Neto e Helena Gonçalves da Silva.

Ao Drº. José D'Assunção Barros pela presteza em nos ajudar sempre que solicitado com suas indicações de leituras.

Ao Drº Clóvis de Barros Filho pelas indicações de suas vídeos-aulas lecionadas na USP.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

A todos que direta e indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

A história é a história do homem, visto como um ser social, vivendo em sociedade. É a história das transformações humanas, desde o seu aparecimento na terra até os dias em que estamos vivendo. Desde o início, portanto, pode-se tirar uma conclusão fundamental: quer saibamos ou não, quer aceitemos ou não, somos parte da história, e todos desempenhamos nela um papel. E temos então todos, desde que nascemos, uma ação concreta a desempenhar nela. (BORGES, 1993, p.48).

RESUMO

A proposta deste trabalho é investigar como se desenvolveu a construção do capital político das famílias Patrício e Cordeiro no município de São Vicente do Seridó-PB, no período de 1961 a 1982, partindo de uma análise dos contextos dos mandatos eletivos que cada representante das duas famílias desempenharam. O nosso objetivo é investigar baseado na teoria do Poder Simbólico do sociólogo Pierre Bourdieu, qual o capital simbólico que as duas famílias utilizaram no jogo político para se perpetuarem no poder executivo de São Vicente do Seridó-PB por mais de quatro décadas consecutivas. Também, na nossa proposta investigamos que relações mantiveram os prefeitos das famílias Patrício e Cordeiro com a Ditadura Militar (1964 a 1985). Para a execução deste trabalho recorreremos ao método da História Oral segundo as autoras Verena Alberti 2005, Sônia Maria de Freitas 2006 e Marieta de Moraes Ferreira 2000. Realizamos entrevistas com agentes históricos que foram testemunhas de fatos relacionados ao período do nosso estudo. Também utilizamos fontes documentais de dados eleitorais disponíveis no site do TRE-PB e informações de endereços eletrônicos de várias instituições.

PALAVRAS-CHAVE: Política, Capital Político, Teoria do Poder Simbólico, Poder Executivo

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 –	Resultado da eleição de 1972 para o cargo de prefeito no município de São Vicente do Seridó.....	25
TABELA 2 –	Resultado da eleição de 1976 para o cargo de prefeito no município de São Vicente do Seridó.....	34

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I	16
1.1. Início de uma oligarquia em São Vicente do Seridó-PB.....	17
1.2. Manoel Chicó, o primeiro político da família Cordeiro.....	18
1.3. A trajetória política de Severino Cordeiro Martins.....	23
CAPÍTULO II.....	29
2.1. De Tropeiro a Prefeito de São Vicente do Seridó.....	30
2.2. A atuação política de Manoel Patrício.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41

INTRODUÇÃO

Esta monografia tem sua linha de pesquisa voltada para história política, um tema que muitos pesquisadores afirmam ter estado ausente em alguns momentos da historiografia ocidental. Para o historiador René Remond a História Política saiu de cena quando a Escola dos Annales lançaram seus ataques, apresentando um repúdio a História Política. Remond afirma que: “Era, pois, provavelmente inevitável que o desenvolvimento da História econômica e social se fizesse às custas do declínio da história dos fatos políticos, daí em diante lançada num descrédito aparentemente definitivo”. (REMOND, 2003, p.14). Ao focar mais a História Econômica e Social, os Annales acabaram desprezando a História Política, que segundo Remond, só ressurgiu a partir dos anos de 1960. Porém, segundo José D’Assunção Barros não é defensável pensar que a História Política esteve ausente na historiografia, “A ocorrência de grandes fenômenos políticos – como as ditaduras totalitárias, por exemplo – não deixou de ser estudada propriamente em nenhum momento da historiografia ocidental, e os contínuos estudos sobre o Nazismo e as ditaduras fascistas oferecem um grande exemplo (DE FELICE, 1969 e 1970, apud D’ASSUNÇÃO, 2012, p.31)”. Segundo D’Assunção, o que veio a ocorrer foi que a política passou a dividir espaço na atenção dos historiadores com as instâncias de outras ciências humanas. Quanto a essa questão se a História Política esteve ausente ou não em algum momento da historiografia ocidental, não temos como grande relevância, mas, uma coisa é certa, que na atualidade a História Política é um dos ramos bastante ativos na historiografia ocidental e foi ela que utilizamos no nosso trabalho.

Para discutir sobre um tema relacionado à política torna-se necessário primeiro compreendermos um pouco sobre este conceito que é bastante amplo. Segundo o filósofo italiano Norberto Bobbio que é considerado um dos maiores pensadores políticos do século XX, afirma que o significado clássico e moderno de política vem da palavra grega “pólis (politikós), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social, o termo Política se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada Política, que deve ser considerada como o primeiro tratado sobre a natureza.” (BOBBIO, 1998, p.954). Ainda, de acordo com Bobbio o conceito de política entendido como atividade humana, está intimamente ligado ao poder. “Este poder tem sido tradicionalmente definido como ‘consistente nos meios adequados à obtenção de

qualquer vantagem’ (Hobbes) ou, analogamente, como ‘conjunto dos meios que permitem alcançar os efeitos desejados’ (Russell).” (BOBBIO, 1998, p.954).

Desde a chegada dos portugueses em 22 de abril de 1500 ao território que posteriormente veio a ser denominado de Brasil, este lugar se transformou em um palco de disputas políticas. Foi assim, durante o período colonial nas relações estabelecidas dos portugueses com os índios que já habitavam aqui; nas relações da coroa portuguesa com os colonos que fixaram residência no Brasil a partir de 1530; com o estabelecimento de uma política por meio da distribuição de Capitânicas Hereditárias pela coroa portuguesa a integrantes da nobreza e pela instalação de um Governo Geral em 1548.

Também, durante todo período Imperial o Brasil passou por momentos de grandes efervescências políticas, onde houve grandes revoltas, principalmente, na Regência, considerado um período de transição do primeiro para segundo Reinado, provocando momentos de muita instabilidade política no Brasil. E, em fins do ano de 1889, o governo imperial já apresentando uma enorme fragilidade, foi deposto o último imperador brasileiro, D. Pedro II, que teve que partir exilado para a Europa. Assim, dar-se início no Brasil a uma nova forma de governo, “A República”, com isso, aparecem novos atores políticos, com interesses diversos, que muitas vezes divergiam em suas ideias de como organizar essa nova forma de governo. Ansiosos em ampliar sua participação na política nacional, esses novos atores, vão dar início ao surgimento de disputas políticas que darão rumos diferentes ao país.

Ainda, no decorrer do governo republicano, no ano de 1964 acontece o golpe civil-militar que depõe o presidente João Goulart que havia sido eleito democraticamente¹. Quanto a esse fato, não podemos atribuir a implantação do regime militar afirmando que se deu apenas por uma decisão dos militares de tomarem o poder, havia as conjunturas políticas no momento favorável, não só no plano interno, mas, principalmente as conjunturas políticas internacionais. O Brasil estava inserido no contexto da Guerra Fria, havia uma política sendo desenvolvida nos bastidores pelo governo dos Estados Unidos que apoiavam o golpe não só no Brasil, mas também em toda a América Latina para conter o avanço comunista. E baseado na justificativa de impedir o “perigo vermelho” os militares tomaram o poder, instaurando um novo governo que acaba com a democracia vigente, implantando a censura aos meios de

¹ Jânio Quadros foi eleito presidente em 3 de outubro de 1960 para o mandato de 1961 a 1965. Porém não conseguiu eleger o candidato a vice-presidente de sua chapa, Milton Campos, porque naquela época votava-se separadamente para presidente e vice. Quem se elegeu para vice-presidente foi João Goulart, do PTB. Jânio governou apenas sete meses, pois renunciou em 25 de agosto de 1961. Devido a renúncia de Jânio o vice-presidente João Goulart foi empossado no dia 7 de setembro de 1961 e governou o Brasil até março de 1964.

comunicação e uma forte repressão aos indivíduos que faziam oposição ao regime. Portanto, chegamos à compreensão que durante toda a história do Brasil a política sempre esteve presente na vida dos brasileiros.

O período em que os Patrícios e Cordeiros predominaram no poder executivo de São Vicente do Seridó foi de 1962 a 2004, mas, esta monografia dedica-se ao recorte temporal das décadas de 1961 a 1982. Para dissertar sobre o objeto de pesquisa que será estudado neste trabalho, acreditamos ser necessário, antes de tudo, situar o espaço geográfico, o lugar dos agentes políticos de onde será realizada a pesquisa, no caso, o Município de São Vicente do Seridó, que nasce exatamente no contexto do Brasil República e a pouco menos de três anos da instauração do Golpe Militar de 1964. Portanto, destacamos aqui um breve relato histórico deste município. Segundo informações do IBGE e do atual site da Prefeitura Municipal de São Vicente do Seridó, baseado no Decreto-lei Estadual n.º 1.010 de 30 de Março de 1938, o povoado de Santo Antônio passa a ser distrito do município de Soledade. Quase seis anos depois, outro Decreto-lei Estadual n.º 520, de 31 de Dezembro de 1943 o distrito passa a ser denominado de Seridó e em 22 de Dezembro de 1961 com a Lei Estadual n.º 2.660 o distrito de Seridó é desmembrado de Soledade, sendo elevado a categoria de Município.

Após alguns anos, há uma distancia de 9 km de Seridó, foi crescendo e se desenvolvendo o povoado com o nome de Chico, ao redor de uma casa de farinha, de propriedade do senhor André Mota, que depois foi vendida ao senhor Santo Vieira, que no local colocou uma mercearia. Anos depois o povoado foi chamado de São Vicente, em homenagem a família de Antônio Vicente, antigo morador que doou o terreno para a construção da Capela São Vicente Férrer, que em 1958 sofreu modificações e se transformou em Matriz local. No dia 18 de Janeiro 1962, pela Lei Estadual n.º 2.774, foi criado o distrito de São Vicente pertencente ao município de Seridó e no dia 9 de Janeiro de 1968, de acordo com outra Lei Estadual n.º 3.516, o distrito de São Vicente passou a ser a sede do município e o município a se chamar São Vicente do Seridó. De acordo com o IBGE, em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1968 o município é constituído de dois distritos: Seridó e São Vicente do Seridó, ex-São Vicente. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. A partir da década de 1960 no distrito de São Vicente era onde se realizava a feira do município, iniciou-se um crescimento populacional e se desenvolveu economicamente mais que o distrito sede Seridó. Este foi um dos motivos que levaram a transferência da sede de Seridó para São Vicente.

Neste município vão surgir as figuras políticas das duas famílias que serão estudadas neste trabalho, que mesmo antes do município ser emancipado, pessoas das famílias Cordeiro e Patrício vão ingressar na política se elegendos a vereadores pelo município de Soledade - PB. É o caso de Manoel Patrício de Gouveia que foi eleito a vereador em 1959 no município de Soledade pelo PSD². Nesta eleição Manoel Patrício que era conhecido popularmente por “Manequinho”, foi o candidato a vereador mais votado obtendo 183 votos, 8.73% dos votos válidos. Em Soledade, Manoel Patrício inicia sua vida política representando a família Patrício, que após alguns anos faria história no município de Seridó. Também, nesta mesma eleição de 1959 em Soledade, dar início na vida política o primeiro representante da família Cordeiro, Manoel Cordeiro, popularmente conhecido como “Manoel Chicó”, que foi eleito para o cargo de vereador em Soledade, tendo sido o terceiro mais votado naquela eleição pela UDN³. Manoel Chicó obteve 166 votos, equivalente a 7,96% dos votos válidos. Este, posteriormente se tornaria o primeiro prefeito eleito de Seridó.

Depois que Seridó foi emancipado em 22 de dezembro de 1961, Claudino Cândido foi nomeado o primeiro prefeito de Seridó. Mas, este passou pouco tempo no cargo do poder executivo, foi prefeito até se organizarem os trâmites legais para a realização da primeira eleição em 1962. Depois desta eleição que consagrou Manoel Cordeiro, como o primeiro prefeito eleito do município, os Patrícios e os Cordeiros vão travar grandes disputas eleitorais e apenas essas duas famílias vão se perpetuarem no poder por mais de quatro décadas, pois, o município de São Vicente do Seridó, que, tem hoje 52 anos de emancipação, dos quais, 41 anos consecutivos foram governados pelos Patrícios e Cordeiros.

Embasado na teoria do poder simbólico do sociólogo Pierre Bourdieu 1989, pretendemos investigar qual o capital simbólico que as duas famílias, Patrício e Cordeiro utilizaram no jogo político para se perpetuarem no poder executivo de São Vicente do Seridó por quatro décadas consecutivas. Também utilizamos as contribuições de outros autores da Nova História Política, como o historiador francês René Remond 2003, considerado um dos grandes nomes da historiografia francesa que promove o “resgate” da História Política

² **Partido Social Democrático (PSD)** partido político brasileiro, fundado em 17 de julho de 1945 e extinto pela ditadura militar, pelo Ato Institucional Número Dois (AI-2), em 27 de outubro de 1965. Foi formado sob os auspícios de Getúlio Vargas, de caráter liberal-conservador, reunindo antigos interventores do governo federal nos estados.

³ **União Democrática Nacional (UDN)** foi um partido político brasileiro fundado em 7 de abril de 1945, frontalmente opositor às políticas e à figura de Getúlio Vargas e de orientação conservadora. Após o Golpe Militar de 1964, muitos quadros da UDN migraram para a Aliança Renovadora Nacional. Atualmente, a herança política da UDN é representada, no plano ideológico, pelo DEM.

Remond é organizador e um dos autores do livro: “Por uma História Política”, Aproveitamos também, as contribuições dos autores: Serge Berstein, Jacques Julliard e vários outros autores.

Segundo Pierre Bourdieu a política é um campo. Ele entende que o “campo” é um espaço, não necessariamente um espaço geográfico ou topográfico, mas é um espaço de relações sociais, estruturado de posições e de relações ocupado por jogadores. Esse campo pode ser entendido como um espaço de jogo, um jogo específico e como todo jogo tem um certo limite de jogadores e, todo jogo tem os que jogam e os que não jogam. Então, nosso trabalho estudou o jogo que “os jogadores das famílias” Patrício e Cordeiro disputaram no município de São Vicente do Seridó, percebendo qual a relação que esses jogadores, agentes políticos, mantiveram com os que não jogam o jogo da política, neste caso, os eleitores.

Na teoria de Bourdieu, todo campo tem dominantes e dominados, todo campo tem um capital específico, mas é importante ressaltar, que nem sempre o capital que Bourdieu 1989 fala significa capital econômico, dinheiro, mas pode ser cultural, que o jogador da política adquiriu no percurso de sua trajetória, etc.

De acordo com Bourdieu 1989, o campo político é entendido como um campo de força e como campo de luta que pretende transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento. O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição de elementos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada. Visto que o campo político oferece são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social. E a distribuição das opiniões depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos têm a esses instrumentos. E que a produção de formas de percepção e de expressão é monopólio dos profissionais e está sujeita a constrangimentos referentes ao campo político.

Embasado nas observações de Bourdieu 1989, analisamos que capital é esse que duas famílias foram detentoras por mais de quatro décadas, tentando entender como esse capital foi sendo construído no decorrer da história de São Vicente do Seridó, ao ponto dessas duas famílias não abrirem espaço para outras famílias no município, também entrarem nesse jogo. Quando se entende o campo a partir de seus agentes fica mais claro o conceito de capital, todo campo tem um capital que lhe é próprio e como há dominantes e dominados é porque existe uma desigual distribuição de capital específico, portanto, todo campo possui uma lógica própria de distribuição deste capital. Bourdieu explica que todo jogo tem regras, uma das regras são as de ingresso e essas regras de ingresso podemos entender sendo o capital específico para se entrar no jogo.

Então percebemos que de acordo com Bourdieu 1989, que outras famílias, além dos Cordeiros e Patrícios, não tiveram espaço no campo político para jogar o jogo da política e serem vencedores conquistando uma “posição de dominante”, ou seja, o poder executivo, por não possuírem um capital específico que se exige nas regras de ingresso para entrar jogo. Portanto, precisa-se analisar que capital específico é esse que, apenas, os Patrícios e Cordeiros possuíram por quatro décadas. Será que a força destas famílias residia necessariamente no seu poder econômico? Cultural? Ou sua força estava nos partidos em que eram filiados? Segundo Serge Berstein:

Os historiadores entendem por cultura política um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político. (BERSTEIN, 2009, p.31).

Portanto, compreendemos que o capital político que as famílias Cordeiro e Patrício construíram no percurso da história de São Vicente do Seridó é algo que vai muito além do partido político. Sendo que precisa ser analisado com bastante cautela.

Segundo Bourdieu 1989, os sistemas simbólicos como instrumentos de conhecimento e de dominação só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. “O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo e, em particular, do mundo social (BOURDIEU, 1989, p.8-9). Segundo este autor, esses sistemas simbólicos são passíveis de uma análise estrutural, ele explica que essa análise estrutural constitui um instrumento metodológico, que tem em vista isolar a estrutura permanente de cada produção simbólica, isto é, como estruturas resultantes de subjetividades e consensos que vão se construindo ao longo da história: mito, arte, religião, língua, ciência. Para Bourdieu, os símbolos são instrumentos por excelência de integração social. Quando os instrumentos de conhecimento e comunicação eles tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social. Os símbolos seriam produzidos para servir a classe dominante.

Para não correr o risco de cairmos no anacronismo, não tratamos nesta monografia sobre relações de “clientelismos” entre essas duas famílias políticas e o povo, pois, segundo a historiografia esse é um conceito que se aplica ao período da República Velha (1889 – 1930). Mas, apesar de não ser correta a utilização do termo “clientelismo” para o período pós-república velha, percebe-se que houve uma certa permanência e semelhança em tais práticas “clientelistas” da República Velha, que perduram até os dias atuais, até porque, o que

caracteriza o clientelismo é o sistema de troca. Então, analisamos quais as relações que os políticos das famílias Patrícios e Cordeiros mantiveram com seus eleitores, que “tipos de trocas” se estabeleceram entre os políticos e o povo.

Analisamos como se desenvolveu a construção do capital político das famílias Patrício e Cordeiro no município de São Vicente do Seridó no período de 1961 a 1982, partindo de uma análise dos contextos dos mandatos eletivos, que cada representante das duas famílias desempenharam. Baseado nesta análise tentamos descobrir quais fatores foram fundamentais para a construção do capital político dessas famílias, investigando que relações mantiveram os prefeitos das duas famílias, Patrício e Cordeiro, com a Ditadura Militar (1964 a 1985).

Optamos por este tema relacionado à história política de nosso município, primeiro por nossa apreciação que temos por história política. Outra questão é a originalidade do tema, o ineditismo, não existe nenhum trabalho escrito sobre a história política local de São Vicente do Seridó. Percebemos que são muito escassas as fontes documentais, não sei se no percurso de nossa história as fontes foram sendo perdidas por descuido das instituições ou de forma intencional. As poucas fontes que hoje podemos ter alcance são apenas os depoimentos de moradores mais antigos. Acredito que precisamos coletar todos os materiais empíricos que ainda dispomos, para podermos escrever nossa história, pois, o povoado que no futuro veio a dar origem ao município de São Vicente do Seridó, começou a ser formado na segunda metade do século XIX, onde muitos moradores desse período já faleceram, e se não escrevermos agora sobre nossas origens, com o tempo não haverá memória, a história desse município cairá no esquecimento, restando apenas vagos relatos para as gerações futuras. Desta forma, entendemos que não podemos falar da história de um povo, ignorando a relevância da sua história política. Como bem afirmou o historiador francês Serge Berstein sobre a importância de se estudar a cultura política, “A cultura política é uma chave. Ela introduz a diversidade, o social, ritos, símbolos, lá onde se acredita que reina o partido, a instituição, o imutável. Ela permite sondar os rins e os corações dos atores políticos. Seu estudo é mais que enriquecedor, é indispensável.” (BERSTIEN, apud FERREIRA, 1992, p.3)

Uma das etapas da nossa pesquisa foi realizado algumas entrevistas com cidadãos do município de São Vicente do Seridó que vivenciaram os períodos dos mandatos políticos das famílias Cordeiro e Patrício referente ao recorte que realizamos (1961-1982). Também realizamos entrevistas com ex-políticos e parentes de políticos já falecidos. Os critérios da seleção dos entrevistados foram de acordo com os procedimentos indicados pelos autores da história oral que temos lido. Esses depoimentos formaram os materiais empíricos que utilizamos nesta monografia.

CAPÍTULO I

**AS PRÁTICAS POLÍTICAS DA FAMÍLIA CORDEIRO NO MUNICÍPIO DE
SÃO VICENTE DO SERIDÓ - PB**

1.1. Início de uma oligarquia em São Vicente Do Seridó – PB.

Neste primeiro capítulo falaremos sobre a família Cordeiro, que teve uma atuação de quase 20 (vinte anos) no comando da prefeitura de São Vicente do Seridó. Somando os mandatos das famílias, “Patrício e Cordeiro”, chegaram a governar o município por cerca de 41 (quarenta e um) anos consecutivos, da gestão de Manoel Cordeiro⁴ (Manoel Chicó) de 1962 até o final da gestão de Damiano Zelo de Gouveia Neto⁵ (filho de Manoel Patrício) em 2004. Porém, nosso recorte incluindo as duas famílias vai da emancipação do município, 22 de dezembro de 1961, até o final da gestão de Severino Cordeiro Martins⁶ (Mizinho), em 1982. Escolhemos este recorte porque decidimos trabalhar duas décadas, até o ano de 1982. A partir de 1983, há uma interrupção entre os mandatos dos Cordeiros e Patrícios, neste momento quem assume a prefeitura é Francisco Alves da Silva⁷ (Chico Berto) que, apesar de exercer um mandato pela família Cordeiro, tendo sido o candidato situacionista na eleição de 1982, apoiado por Severino Cordeiro Martins e mesmo sendo casado com uma mulher dos Cordeiro, a pessoa de Chico Berto não era propriamente um Cordeiro, ou seja, membro de uma das famílias que será nosso objeto de pesquisa.

Neste início do trabalho analisamos as práticas políticas utilizadas por um restrito grupo de pessoas da mesma família dos Cordeiros, para se perpetuarem no poder executivo do município de São Vicente do Seridó na Paraíba. Exploramos segundo a teoria de Bourdieu que práticas usaram os prefeitos: Manoel Cordeiro (Conhecido como Manoel Chicó) e Severino Cordeiro Martins (Conhecido como Mizinho). Uns dos conceitos de Bourdieu que abordamos neste capítulo foram: “capital simbólico”; “capital político”; “violência simbólica”, entre outros.

Devido à ausência de fontes documentais no município, não dispomos sequer de alguns dados eleitorais, como por exemplo: a primeira eleição do município em 1962, que

⁴ Manoel Cordeiro é ex-comerciante e natural de São Vicente do Seridó onde foi Prefeito por duas vezes de 1962 a 1966 e de 1969 a 1972. Foi vereador por Soledade de 1960 a 1962 e vereador por Cubati de 2001 a 2004. Na ocasião da entrevista ao autor desta Monografia em 04 de maio de 2014 estava com 83 anos de idade.

⁵ Damiano Zelo de Gouveia Neto é bioquímico e natural de São Vicente do Seridó onde foi Prefeito por três vezes de 1989 a 1992, 1997 a 2000 e de 2001 a 2004. Na entrevista concedida ao autor desta Monografia em 11 de maio de 2014 estava com 60 anos de idade.

⁶ Severino Cordeiro Martins nasceu em 29/04/1934, foi natural de São Vicente do Seridó onde foi Prefeito de 1977 a 1982, antes de ter sido gestor do município foi agricultor, comerciante e fuzileiro naval, faleceu em 19/07/1999 aos 65 anos de idade.

⁷ Francisco Alves da Silva nasceu em 01/11/1937, é natural do município de Soledade, Ex-Prefeito de São Vicente do Seridó de 1983 a 1988, 2005 a 2008 e de 2009 a 2012. Na ocasião desta Monografia estava 77 anos de idade.

nem o próprio TRE da Paraíba possui. Portanto, há uma enorme escassez de fontes, desde as menos importantes as mais relevantes. Devido a estes fatos, recorreremos à metodologia da História Oral, não somente pela escassez das fontes, mas também devido a grande importância dessa metodologia que surgiu para valorizar a memória como fonte histórica. Afirmar que a História Oral é uma fonte inferior ou duvidar de sua importância demonstra não ser coerente com o ofício do historiador. Portanto, avaliando a relevância da História Oral e sua autenticidade Paul Thompson diz que: “Se as fontes orais podem de fato transmitir informações ‘fidedignas’, tratá-las simplesmente como um documento a mais é ignorar o valor extraordinário que possuem como testemunho subjetivo, falado” (THOMPSON, 1992, p. 29).

1.2. Manoel Chicó, o primeiro político da família Cordeiro.

A primeira entrevista que realizamos foi com Manoel Chicó. Ressaltamos que todas as entrevistas realizadas para este trabalho foram autorizadas pelos participantes, assinando todos uma carta cessão autorizando a utilização do conteúdo das entrevistas pelo entrevistador. Citamos apenas alguns trechos das entrevistas que realizamos, mas o conteúdo integral de cada uma, em áudio e transcrita, temos no nosso arquivo pessoal.

Manoel Chicó e outros depoentes nos relataram que antes de ter sido eleito a vereador pelo município de Soledade e, também, antes de se tornar o primeiro prefeito eleito do município de Seridó, já era comerciante em Seridó e na região. Até mesmo depois de ingressar na política Manoel Chicó continuou a exercer a atividade comercial. Percebe-se que durante a trajetória política de Manoel Chicó, a atividade comercial que ele exercia, também, serviu como instrumento de produção de seu capital político. Muitas vezes, o processo de produção material permite a dominação de uma classe sobre outra. Como afirma o sociólogo Sedi Hirano:

O poder social dos indivíduos, gerado pelo processo de produção material, tem como imagem terminal o poder de manipulação e portanto de dominação que certos homens exercem sobre outros homens, no interior da comunidade. Manifesta-se pela posse de objetos materiais e simbólicos de dominação. A posse do aparato material e simbólico de dominação política revela o poder político, que aparece na consciência dos homens como instância última de decisão sobre os destinos dos que vivem imersos na tessitura da organização social comunitária (HIRANO, 2001, p.4).

Portanto, as pessoas que não possuem bens materiais, cujo único bem que possuem é a sua força de trabalho, que vende aos que detêm os meios de produção, onde dominam a situação e determinam o preço da mão de obra, esse processo instituiu um grupo de indivíduos dominantes e outro de dominados. Assim, manifestam-se as relações de poder em que os possuidores dos meios de produção dominam sobre os que apenas detêm a força de trabalho. Para Bourdieu, esse capital é mais complexo, possuindo um aspecto que não é propriamente material, mas simbólico. Entendemos que, segundo Bourdieu, há vários tipos de capitais que são formas de capitais simbólicos, como por exemplo, o capital político, é uma forma de capital simbólico:

O capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa — ou a um objecto — os próprios poderes que eles lhes reconhecem. (BOURDIEU, 1998, p.188).

No entanto, o poder de ação desse capital depende de sua estrutura, de como esse poder seja tanto aceito por quem o exerce, como por quem sofre sua influência. Ser aceito pelos os agentes da sociedade é o que dar a algum capital um valor social. Na obra ‘O Poder Simbólico’ Bourdieu afirma:

O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categoria de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio (BOURDIEU, 1998, p.145).

O que possibilitou a Manoel Chicó e a outros membros da família Cordeiro e da família Patrício, a se perpetuarem no poder executivo de São Vicente do Seridó, foi exatamente por eles serem detentores de um capital político, que não deixa de ser uma forma de capital simbólico, e que foi conhecido e reconhecido por várias décadas por uma parcela significativa da população São vicentina, onde, ainda nos dias atuais há uma certa “permanência” deste capital. São estas permanências que o historiador político não pode deixar de identificar, pois, foi com a aplicação de novos métodos na nova história política que se possibilitou uma reconciliação da história política com a longa duração dos eventos políticos e com a análise quantitativa, como afirma Julliard:

O historiador político deverá, portanto, fazer cada vez mais apelo ao longo prazo, quer dizer, encarar a temporalidade em que trabalha sob o ângulo da permanência, e não apenas da mudança. (...) Reconciliada com a longa duração, a política reconcilia-se também, cada vez mais, com o quantitativo (JULLIARD, 1988, p. 186-188).

Na eleição de 1962 Manoel Chicó se candidatou a prefeito, tendo como candidato a Vice-prefeito Manoel Patrício. Eles venceram essa eleição contra Deusdede Santana e José Francisco. É importante ressaltar que Manoel Chicó e Manoel Patrício, foram às primeiras lideranças políticas das duas famílias e sempre foram aliados políticos. Somados os mandatos dos dois, exerceram o cargo do poder executivo de São Vicente do Seridó, por quatro vezes consecutivas, revezando o comando da prefeitura entre os dois, de 1962 a 1976. Fica perceptível que a manutenção desta aliança entre as duas primeiras lideranças das famílias Cordeiro e Patrício, nas figuras de Manoel Chicó e Manoel Patrício, foi um dos fatores que também viabilizaram a perpetuação do monopólio no poder executivo do município de São Vicente do Seridó, possibilitando a se revezarem no comando da prefeitura, entre integrantes das duas famílias por vários mandatos, sem dar espaços para outras famílias.

No pleito de 1969, Manoel Chicó foi candidato único e, durante a entrevista lhe perguntamos por que nesta eleição para prefeito ele não teve adversário. Ele afirmou: “Graças a Deus eu nunca fui de fazer o mal a ninguém e por conta disso não houve adversário.”⁸ Também, quando lhe indaguei para saber como um candidato a prefeito conquistava o eleitor naquela época, e assim descobrir o que também constituía o capital político da família Cordeiro. Ele afirmou:

Naquele tempo a pessoa votava por consideração, a gente dava assistência no negócio de saúde, agora esse negócio de dar dinheiro em troca de voto não. [...] Se fosse levar um doente para o hospital, tudo era por conta da prefeitura, o médico e o hospital tudo era particular. [...] Naquele tempo não tinha esse negócio não, para você ver, vereador e professor no meu primeiro mandato, eu pagava no meio da rua. Eu dava o dinheiro para receber no fim do ano, só tinha dinheiro uma vez por ano, mas vereador e professor eu pagava todo mês, eu adiantava.⁹

No entanto, ao analisarmos outros depoimentos, percebemos que havia outras práticas além do assistencialismo na saúde, que fortalecia a relação entre Manoel Chicó e uma parte

⁸ Depoimento de Manoel Chicó ao autor, em 04 de maio de 2014.

⁹ Idem.

significativa da população. Por exemplo, segundo o depoimento de Damião Zelo de Gouveia Neto, Manoel Chicó exercia uma forte influência no comércio local. De acordo com Damião, “Manoel Chicó era como se fosse um banco para o povo de São Vicente do Seridó.”¹⁰ Manoel Chicó emprestava dinheiro para os agricultores do município, que só pagavam o empréstimo quando colhiam. Quando não havia safra, pagavam apenas no próximo ano quando chovia e havia colheita. A partir dessas informações conseguimos identificar que um dos principais elementos que possibilitou o primeiro integrante da família Cordeiro a construir um capital político, foi ele ser detentor de outro capital, que podemos denominar de “capital agromercantil.”

Nesta relação de emprestar dinheiro ao agricultor, em um município que sua economia baseava-se quase toda na agricultura, até mesmo antes da fundação do município em 12 de dezembro de 1961 e nas décadas seguintes, a maioria da população são vicentina dependiam da agricultura, principalmente da agricultura de subsistência para garantir a sobrevivência do agricultor e da sua família, mas, muitas vezes, também vendiam parte da produção que lucravam para pagar o que tinham pedido emprestado para compra de sementes para o plantio. Essa relação de pegar empréstimo a Manoel Chicó fazia com que uma boa parte da população mantivesse uma fidelidade na hora de votar. O povo além de pagar o empréstimo quando lucravam, ainda, agradeciam votando em Manoel Chicó ou em seu candidato. Vê-se, nessa relação, que há uma troca entre o político e o eleitor de acordo com os interesses de cada um. Essa identidade política se estabelece quando esses mesmos agentes (o político e o eleitor) compartilham os mesmos interesses fundamentais, como afirma Figueiredo, “(...) as identidades políticas também são amplamente forjadas pela identidade de interesses mais específicos ou culturais, que cruzam os limites das classes definidas funcionalmente” (FIGUEIREDO, 1991, p.60).

Nestas relações estabelecidas entre Manoel Chico e seus eleitores, também, podemos identificar a aplicação de alguns conceitos de Bourdieu, como por exemplo: o conceito de “violência simbólica”. Esta dependência do povo ao capital financeiro de Manoel Chicó, tendo os agricultores que solicitar dinheiro emprestado para comprar sementes para o plantio de feijão, milho etc, faz com que se estabeleça a dominação de uma classe sobre a outra. Este tipo de dominação é para Bourdieu uma “violência simbólica.” Ele afirma na sua obra ‘O Poder Simbólico’ que:

¹⁰ Depoimento de Damião Zelo de Gouveia Neto ao autor, em 11 de Maio de 2014.

Enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados (BOURDIEU, 1998, p.11).

Todavia, essa dominação só acontece porque há uma cumplicidade do povo nas relações estabelecidas entre dominante e dominado. Muitas vezes, este tipo de dominação passa despercebido e também para o dominado não interessa saber se está sendo sujeito. Como afirma Bourdieu: “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo o exercem” (BOURDIEU, 1989, p.8).

Na entrevista com Manoel Chicó, comentamos que as suas duas gestões ocorreram no contexto do Regime Militar e, a partir deste comentário, lhe perguntamos como ele via a administração dos militares. Baseados nas suas respostas tentamos descobrir um dos nossos objetivos específicos, que é saber quais relações mantiveram os prefeitos da família Cordeiro com a Ditadura Militar. Ele afirmou que o período militar:

Era bom porque tinha ordem. Não tinha bandido, não tinha ladrão. Agora quem fosse contra o regime eles matavam, tinham que se exilar para outro país. Na época, tinha dois senadores e eles colocaram um biônico para ficarem com a maioria, esse biônico passou a disputar eleição e hoje tem três, é a maior imoralidade do mundo, tem estado deste tamanho com três senadores. Na Paraíba só não, tem Sergipe, Alagoas, os estados do norte são grandes, mas tem pouca gente e também são três senadores. Nesse tempo a ordem era severa, mas prefeito não sofria nada não, só se fosse dessas cidades grandes, se fosse contra, era dar um tiro no pé na certa. Você ver que teve uma vez que, não sei qual foi o ano, que eles facilitaram e o MDB fez mais deputados que todos do Brasil, fez bem 80%.¹¹

Percebemos, logo no início da resposta de Manoel Chicó, um elogio ao período da ditadura militar, ele afirma que “Era bom porque tinha ordem. Não tinha bandido, não tinha ladrão.” Mas, que “ordem” seria essa que ele se refere? Será que não havia mesmo “bandido, ladrão”, nesse período? Ou será que essa ordem a que ele se refere, é a implantação do terror e do medo imposta pelos militares por todo Brasil? Inclusive em São Vicente do Seridó, per-

¹¹ Idem.

cebemos que houve uma forte atuação de lideranças militares, como por exemplo, a atuação da figura do coronel Luiz de Barros que, segundo Paulo Giovani Antonino Nunes, professor do Departamento de História da UFPB, “o coronel Luiz de Barros¹² foi um dos mais temidos repressores dos movimentos sociais da Paraíba e posteriormente, durante o regime militar foi eleito deputado estadual” (2011, p.6).

Segundo relatos dos depoimentos de Gutemberg Cordeiro Martins¹³ e Damião Zelo de Gouveia Neto, durante a Ditadura Militar Luiz de Barros exerceu grande influência no município de São Vicente do Seridó. Estaremos falando mais detalhadamente sobre a atuação dele, mais adiante, quando falarmos sobre as gestões dos prefeitos Mizinho e Manequinho. Ainda na fala de Manoel Chicó, fica transparente que, mesmo havendo uma certa “ordem” como ele afirma, também fica evidente nas entrelinhas que no período da ditadura militar não havia “liberdade de expressão”, não se admitia alguém ser contra o regime. Ele diz que se um prefeito de cidade grande fosse contra, “era dar um tiro no pé na certa”. Continuando na sua resposta, Manoel Chicó tece elogios e críticas à ditadura militar, faz duras críticas aos militares por eles terem criado o cargo de senador biônico que, depois, passou a disputar eleições. Manoel Chicó faz críticas à desproporcionalidade de vagas por estado depois que colocaram o senador biônico, ficando três senadores para cada estado, independentemente do tamanho da população. Portanto, em síntese, percebe-se que ele tanto elegeia como critica a ditadura militar. Também, vale ressaltar que a maior parte de sua trajetória política esteve filiado a Arena. Talvez deve ter sido por isso o motivo de alguns elogios.

1.3. A trajetória política de Severino Cordeiro Martins.

Além de Manoel Chicó, outro representante da família Cordeiro que se destacou na política e chegou a ser prefeito de São Vicente do Seridó, de 1977 a 1982, foi Severino Cordeiro Martins, popularmente conhecido como Mizinho. Segundo o depoimento de seu filho Gutemberg Cordeiro Martins, Mizinho era natural do município de São Vicente do

¹² Luiz Ferreira de Barros foi coronel da Polícia Militar e eleito quatro vezes Deputado Estadual da Paraíba pela Arena nas eleições de 1966, 1970, 1974 e 1978, em 1982 foi candidato pelo PDS, mas não chegou a se eleger ficando na suplência e em 1986 foi candidato pelo PPR e também não se elegeu. Fonte: http://apps.tre-pb.jus.br/she/pages/consulta/personagens_listar.jsf#

¹³ Gutemberg Cordeiro Martins nasceu em 20/12/1965, é natural de São Vicente do Seridó, atualmente exerce a profissão de comerciante.

Seridó nasceu e se criou no sítio Remédio e foi agricultor a vida inteira. Mizinho tinha uns parentes que moravam em Natal e quando ele estava com 19 anos, viram a oportunidade de ingressar o jovem na Marinha. Então, alistou-se em Natal-RN e, de lá, viajou de navio para o Rio de Janeiro. Tendo sido fuzileiro naval por cinco anos, depois, veio embora. Ao voltar para São Vicente do Seridó, casou e seguiu trabalhando como comerciante vendendo de casa em casa.

Segundo Gutemberg, quando Mizinho ainda era jovem “foi secretário de Manequinho e de Manoel Chicó, ele era quem fazia tudo na prefeitura. Trabalhava no serviço da junta militar, na contabilidade e em tudo. Ao conhecer como era a administração de uma prefeitura, despertou nele o interesse em ser candidato e já era filiado no partido da Arena.”¹⁴

Analisar a trajetória política de Mizinho possibilitará percebermos uma maior aplicação do conceito trabalhado por Bourdieu de “violência simbólica” utilizado muitas vezes por seus opositores e também, veremos a utilização de práticas de “violência física” no sentido literal, durante seu mandato.

Na convenção municipal da ARENA de 1972, para se confirmar a candidatura de Manequinho¹⁵ a prefeito da situação, Mizinho também tenta ser o candidato apoiado pelo prefeito Manoel Chicó, mas não consegue e perde na convenção para Manequinho. Por este motivo, Mizinho fica insatisfeito e rompe com o grupo situacionista do qual fazia parte e se candidata pela oposição na eleição seguinte de 1976 vencendo seus opositores. Segundo o depoimento de Gutemberg sobre os fatos políticos ocorridos em 1972, afirma que:

Quando Manequinho foi candidato único, pai também queria ser e foi disputar na convenção, ambos eram da Arena na época e disputaram na convenção como pré-candidatos. Pai contava com o voto de Antônio Teodósio e Zé Procópio de Seridó e Manoel Chicó que era o atual prefeito queria Manequinho. Pai era pré-candidato do partido, mas era uma oposição dentro do partido, porque na verdade pai rachava o partido. Essa duas pessoas importantes que tinham peso de voto na convenção, de última hora foram compradas. Zé Procópio tinha um comercio e Manequinho botou um bocado de mercadoria num Jipe e foi entregar no comercio dele em Seridó, todo mundo viu isso, se você conversar com Sadi que é antigo lá, ele sabe disso, todo mundo de Seridó sabe disto. Aqui também, foi Antônio Teodósio

¹⁴ Depoimento de Gutemberg Cordeiro Martins ao autor, em 04 de maio de 2014.

¹⁵ Manoel Patrício de Gouveia foi natural de Juazeirinho, casou duas vezes, teve 24 filhos, foi comerciante, vereador por Soledade de 1960 a 1962, Vice-Prefeito de Seridó de 1962 a 1966 e Prefeito de São Vicente do Seridó por dois mandatos de 1966 a 1969 e de 1973 a 1976. Faleceu em 30 de agosto de 2012 aos 85 anos.

¹⁶ Idem.

não agüentou a tentação e cedeu por conta disso. Eu sei que pai perdeu por um ou dois votos na convenção. Com isso, pai fez campanha para o povo votar em branco, nas paredes dos muros nas ruas, nas paredes do tanque, onde ele podia, botou “Vote em Branco” e fez campanha para o voto em branco, andou no município pedindo para o povo votar em branco. E a população não queria mesmo que continuasse, o resultado oficial que saiu Manequinho ganhou com 56 votos a mais que os votos brancos. Há quem diga, que naquela época já houve fraude e teria que ter nova eleição, porque o número de votos brancos não podia ser maior que o número de votos do candidato eleito.¹⁶

Evidencia-se nesse relato que Manequinho e Manoel Chicó tentam manter seu capital político fazendo uso da violência simbólica, “força econômica”, quando compra votos de pessoas que votariam em Mizinho na convenção. Podemos identificar uma certa violência simbólica pelo fato de haver uma quantidade significativa de votos brancos. Uma grande quantidade da população São vicentina não queria o continuísmo, “De Mané para Mané”, frase que se costumavam falar na época, devido ao cargo de prefeito do município ser revezado entre Manoel Chicó e Manoel Patrício (Manequinho) por quatro mandatos seguidos.

Segundo dados oficiais do TRE da Paraíba, na eleição de 1972 o município de Seridó tinha um total de 2.001 eleitores. A eleição teve um total de 1.683 votos apurados e Manoel Patrício de Gouveia (Manequinho) obteve 1.081 votos; 6 votos foram nulos; 596 pessoas votaram em branco e teve uma abstenção de 318 eleitores. No entanto, de uma quantidade de 1.683 votos apurados, 35,41% desses votos foram em branco. Nunca houve tantos votos brancos em toda a história do município. Somando-se os votos brancos, nulos e o número de abstenção chega-se a um total aproximado dos 50% do eleitorado e, segundo Gutemberg: “há quem diga, que naquela época já houve fraude e teria que ter nova eleição, porque o número de votos brancos não podia ser maior que o número de votos do candidato eleito.”

Tabela 1

Nº	Candidato	Partido / Coligação	Votação	% Válidos	Situação
	Manoel Patrício de Gouveia <i>Vice Prefeito: José Teodósio</i>	ARENA	1.081	100,00 %	Eleito
	Votos Nulos		6		
	Votos Brancos		596		
	Total apurado		1.683		
	Eleitorado		2.001		
	Abstenção		318	15,89 %	

Fonte: TRE-PB / <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>

Até parece que segundo os dados dessa eleição o capital político das famílias Cordeiro e Patrício estava se fragilizando e dando lugar a uma nova família que consequentemente ganharia a próxima eleição. Mas, não é nada disso que acontece. Na eleição seguinte, em 1976, quem vence o pleito é Severino Cordeiro Martins (Mizinho), que na verdade não deixa de ser outro integrante da família Cordeiro e ainda é parente de Manoel Chicó. Então, as famílias que continuam no poder serão as mesmas, o que muda são os atores políticos. O que Mizinho faz é formar outro grupo político dentro da mesma família. Para Bourdieu: “A política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, acção que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos” (BOURDIEU, 1989, p.159).

As figuras de Manoel Chicó e Manoel Patrício vão apenas dar lugar a outras figuras políticas, que manterão a mesma oligarquia exercendo o poder executivo de São Vicente do Seridó. Para o pensador italiano Noberto Bobbio, o que acontece em uma oligarquia: “(...) o poder supremo está nas mãos de um restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligadas entre si por vínculo de sangue, de interesse ou outros, e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para os conservar” (BOBBIO, 2007, p. 835). Apesar de Mizinho ter provocado uma ruptura dentro da própria família, acaba promovendo a conservação da família Cordeiro no poder.

A conservação deste poder simbólico por parte das famílias Cordeiro e Patrício, dá-se pelo uso da forma de poder que é praticada, que Bourdieu denomina de “violência simbólica”. Conforme afirma Melo em seu artigo, “Entre tragédias de elite e violência física e simbólica na política em Campina Grande (Velha e Nova República; 1890-1990)” palestra realizada no IHGP em 19 de fevereiro de 2014 (Inédito), é “O conceito de violência simbólica, decorrente do poder simbólico, sendo este o “(...) poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, acção sobre o mundo”. Ou seja, “obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, (que) só se exerce se for *reconhecido* (itálico, de Bourdieu) quer dizer ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 2012, p. 14). Isto é perpassado pelo Direito, onde ocorre “(...) a realização por excelência (que é) uma violência que se exerce, se assim podemos dizer, *segundo as formas*, (itálico, de Bourdieu), dando formas” (2004, p. 106). E prossegue: “Dar forma significa dar a uma ação ou a um discurso a forma que é reconhecida como conveniente, legítima, aprovada, vale dizer, uma forma tal que pode ser produzida publicamente, diante de todos, uma vontade ou uma prática que, apresentada de outro modo, seria inaceitável” (Idem, p.106).”

Na entrevista com Gutemberg ao comentar sobre a eleição de 1976 em que Mizinho foi eleito prefeito de São Vicente do Seridó, também tentamos descobrir quais foram as relações que Mizinho manteve com os militares durante seu mandato, pois, seu governo teve uma duração de seis anos, de 1977 a 1982, ocorreu dentro do contexto da Ditadura Militar (1964 – 1985). Na nossa pesquisa, ao realizar as entrevistas percebemos que o depoimento de Gutemberg diverge em alguns momentos da entrevista que realizamos com Manoel Chicó, quando, por exemplo, indagamos sobre quais influências os militares exerceram no pequeno município de São Vicente do Seridó. Segundo Manoel Chicó o “prefeito não sofria nada, não, só se fosse dessas cidades grandes”⁸. Porém, segundo o relato de Gutemberg, os militares exerceram influência no município, sim, e não só o prefeito Mizinho por ser do MDB sofria com as influências dos militares, mas, alguns populares sofreram até violência física, por não votarem nos políticos locais que eram aliados dos militares. Gutemberg comenta sobre a forte atuação no município do coronel da polícia militar Luiz de Barros. Ao comentar sobre a dificuldade que Mizinho enfrentou para registrar a sua candidatura na eleição de 1976, ele afirma que:

Pai tinha ido para João Pessoa para registrar o partido e conheceu muita gente do MDB, um deles foi Zé Lira, deputado estadual do MDB da mesma terra natal de Luiz de Barros, Teixeira. Lá em Teixeira eles eram dois coronéis de patente comprada, na época, eles mandavam e desmandavam em determinadas cidades, chegavam nas delegacias pegavam processos, rasgavam, faziam o que queriam. Eles tinham uma autonomia muito grande. Luiz de Barros era da polícia e Zé Lira parece que tinha uma patente comprada, mas era coronel. (...) as pessoas que se declarasse no meio da rua que votava em pai e fosse desses que bebesse e ir para bar, oxe, ele apanhava tranqüilo. (...) Batiam e eram protegidos por Luiz de Barros, batiam e corriam para casa de Manequinho, a polícia não prendia, não fazia nada, Luiz de Barros era quem mandava. (...) Não tinha apoio da polícia, quem mandava na polícia era Manequinho que tinha o apoio de Luiz de Barros. Aí os meninos continuavam bagunçando e faziam o que queriam mesmo pai sendo prefeito.¹⁷

Portanto, baseado nestes depoimentos, percebe-se que além de haver uma “violência simbólica” conforme Bourdieu, também, havia uma “violência física” literalmente. Portanto, deixa de ser “violência simbólica”, sem uso de “força econômica” e passam a utilizar a força física para reprimir quem fosse contra os políticos aliados dos militares. Esse coronel Luiz de Barros, segundo a professora da UFPB, Monique Cittadino, em um de seus artigos sobre “O

¹⁷ Idem.

Golpe de 1964 e a Instalação da Repressão na Paraíba”, artigo este, que se encontra hospedado no site da Fundação Joaquim Nabuco, afirma sobre Luiz de Barros:

A sua truculência e crueldade notabilizaram-se, tornando-o conhecido como o terror em forma de gente, segundo Antonio Dantas, uma de suas vítimas. A possibilidade de cair-se nas mãos do coronel Luiz de Barros era extremamente assustadora, como se depreende do episódio envolvendo o deputado socialista Figueiredo Agra e o líder camponês Antonio Dantas. Os dois estavam juntos em uma das celas do 15º RI sendo submetidos pelo coronel Cordeiro uma “guerra de nervos,” quando Agra, apavorado, desabafa com Dantas: “Mas Dantas, coronel Cordeiro quer me entregar a Luiz de Barros.” (CITTADINO, 1995, p.11).

Cittadino ainda cita em seu artigo, outros depoimentos de pessoas que temiam muito cair nas mãos do coronel Luiz de Barros, porque poderiam perder a vida. Por exemplo, em um caso que ela cita, “Esse mesmo temor que, caso concretizado equivaleria, certamente, a uma sentença de morte, também foi sentido por Elizabeth Teixeira, viúva do líder camponês João Pedro Teixeira. Ao descrever a sua fuga da Paraíba, ela deixa claro que o que a movia era o temor de cair nas mãos de Luiz de Barros.” (Idem, p.11).

Portanto, acreditar que os militares não exerceram influências em municípios menores não faz sentido, pois, no caso de São Vicente do Seridó, vemos a atuação direta de um dos mais temidos repressores dos movimentos sociais na Paraíba e que durante a Ditadura Militar continuou fazendo uso da violência física para reprimir seus opositores. É importante ressaltar que Mizinho teve uma educação militar, foi por cinco anos fuzileiro naval e só passou para o partido de oposição aos militares na época, o MDB, porque não conseguiu ser o candidato da Arena na eleição de 1972. Mas, no segundo ano do seu mandato Mizinho volta para o partido da Arena e faz uma aliança com o deputado estadual aliado dos militares Evaldo Gonçalves de Queiroz, votando nele na eleição de 1978. Nesta eleição Evaldo Gonçalves obteve 557 votos, sendo o segundo candidato mais votado no município de São Vicente do Seridó, onde o deputado majoritário foi Luiz de Barros, aliado de Manequinho e Manoel Chicó que obteve um total de 610 votos.

CAPÍTULO II

A TRAJETÓRIA POLÍTICA DA FAMÍLIA PATRÍCIO

2.1. De Tropeiro a Prefeito de São Vicente do Seridó.

Neste capítulo iremos trabalhar a figura do prefeito Manoel Patrício de Gouveia, conhecido em todo município por Manequinho. Segundo o depoimento de um de seus filhos mais velhos, Damião Zelo de Gouveia Neto, que na ocasião desta entrevista estava com 60 anos de idade ao descrever a trajetória de vida de seu pai, fala sobre a atividade que seu pai exercia antes de ser político, de onde era natural, quais foram as influências que levaram seu pai a entrar na vida política e muitos outros detalhes importantes que analisamos de acordo com a teoria do sociólogo Bourdieu. Já no início da entrevista que nos concedeu, Damião afirma que:

Antes de papai ser político ele foi tropeiro. Foi tropeiro, mais meu avô e um tio. Meu avô tinha uma tropa de burros, faziam a feira de Juazeiro, que hoje é Juazeirinho; Canoas de Dentro, que hoje é Cubati e a do Chico, aqui. Compravam peles de animais, de Tejo, bodes, caprinos e também vendiam alguns objetos. (...) Já havia uma feirinha aqui. A feira era aqui no meio de rua, em frente o que é a prefeitura hoje, em baixo de um pé de umbuzeiro. Eu não alcancei a feira lá, mas papai contava a gente. (...) Meu pai era natural de Juazeirinho, porque na época o município daqui pertencia a Juazeirinho. Porque uma hora pertencia a Juazeirinho e outra hora pertencia a Soledade¹⁸.

Percebe-se que Manequinho, assim como Manoel Chicó, já exercia atividade comercial nas feiras da região antes mesmo de se tornar político. Durante seu percurso como tropeiro, Manequinho constrói amizades com algumas pessoas do povoado Chico¹⁹ que, na época pertencia ao município de Soledade. Alguns de seus amigos foram Manoel Chicó, Manoel Berto, Cícero dos Anjos, sendo que estes dois últimos segundo Damião, foram quem mais exerceram influência para que Manequinho se candidatasse a vereador em 1959 pelo município de Soledade e assim representar o povoado de São Vicente. Nesta eleição de 1959, ele foi o candidato a vereador sendo o mais votado e antes de terminar seu mandato de vereador por Soledade, renunciou e se candidatou a vice-prefeito de Manoel Chicó na primeira eleição do município de Seridó, em 1962. Além de ter sido vice-prefeito de Seridó na gestão de 1962 a 1966, Manequinho também foi prefeito por dois mandatos, gestões de 1966 a 1969 e de 1973 a 1976.

¹⁸ Idem.

¹⁹ O povoado Chico anos depois passou a ser chamado de São Vicente, em homenagem a família de Antônio Vicente, antigo morador que doou o terreno para a construção da Capela São Vicente Férrer.

Para entendermos um pouco sobre a atividade de tropeiro que Manequinho exercia com seu pai e seu tio, basta percorrermos um pouco sobre a história do Brasil e veremos que em vários períodos de nossa história, desde o Brasil Colônia, usavam-se animais como meios de transportes e principalmente para o escoamento de produtos. Felipe Alгатão, em seu artigo: “Os Tropeiros no Século XXI e o Sentido Contemporâneo dessa Atividade: Estudo de Caso no Vale do Paraíba e Serra da Mantiqueira”, fala como se deu a origem do tropeirismo no Brasil:

O tropeirismo surge historicamente a partir da necessidade de transportar as riquezas naturais da colônia, de seu local de extração ao porto onde eram embarcadas rumo à metrópole portuguesa, visto que os nativos com o passar do tempo começaram a hostilizar os europeus e se mostraram inaptos para realizar o transporte das mercadorias adequadamente, esta tarefa ficou a cargo dos homens livres, que habitavam as terras da América Latina até então (ALGATÃO, 2013, p.1).

Devido às dificuldades encontradas por Manequinho, para possuir um transporte de melhor qualidade e também à precariedade das estradas que ligavam as regiões, desde a primeira metade do século XX, onde havia as feiras da região, em que Manequinho e seus parentes comercializavam suas mercadorias, a utilização de burros para transportar seus produtos tornou-se a possibilidade mais viável. Esse problema da precariedade de estradas não ocorreu apenas na Paraíba, mas em várias partes do país e foi o que possibilitou o uso de animais como transporte de cargas, conforme afirma Alгатão citando Franco, “o traçado das estradas e a precariedade crônica de sua conservação tornaram a besta de carga o único meio possível de transito” (FRANCO, Apud ALGATÃO, 1983 p.2).

Ao falar da atividade que Manequinho exerceu antes de ser político, não poderíamos deixar de citar o trabalho de monografia realizado pelo São Vicentino Petrucio Ladjânio Araujo Pessoa²⁰ com o título: “Tropeiros ou Roceiros? Estudo de uma Comunidade Rural em São Vicente do Seridó – PB (1923-1933)”²¹. Em seu trabalho, Petrucio “analisa todo desenvolvimento de uma comunidade rural ou roceira com características tropeiras e comerciais no interior da Paraíba, especificamente no município de Seridó”. Ele tenta entender o porquê da comunidade ser agrícola, mas ao mesmo tempo ter características comerciais tendo uma cultura agrícola influenciada diretamente por essa outra atividade, a

²⁰ Doutorando em História pela Universidade de Coimbra – Portugal.

²¹ Monografia apresentada para conclusão da Licenciatura em História pela UEPB, apresentado em 2003.

comercial. Percebemos a relevância da monografia de Petrúcio, porque através dela podemos identificar a importância das relações econômicas e sociais que alguns grupos exerceram com a atividade comercial. Identificamos que todos os integrantes das oligarquias analisados até aqui, os que ocuparam o cargo de prefeito no município de São Vicente do Seridó, todos exerceram alguma atividade comercial.

2.2. A atuação política de Manoel Patrício.

Quanto ao capital político de Manequinho percebemos que ele fez uso de práticas semelhantes as que haviam sido empregadas por Manoel Chicó. Quando indaguei Damião sobre como um candidato a prefeito conquistava o eleitor na época que Manequinho atuou como político, ele afirmou que:

Era pelo trabalho exercido, meu pai tinha muita influência na assistência de saúde. Ele levava muito o pessoal, naquele tempo não tinha médico, para os farmacêuticos: Edézio; um farmacêutico que tinha em Campina; para um farmacêutico que era da nossa família lá em Soledade, ele tinha muita influência mais na saúde e Manoel Chicó mais no comércio. (...) papai era mais a assistência social, assim, assistência médica, de saúde e assistência social, beneficiar um documento, era quem levava o povo para tirar os títulos, era difícil uma pessoa ir ao cartório para se registrar, ele levava, pagava. Era tudo difícil naquela época, ninguém tinha dinheiro, hoje é muito bom, mas antigamente tudo que se fazia assim, era o político porque ninguém tinha dinheiro²²

Vê-se nas palavras de Damião Zelo que Manequinho mantinha seu capital político com o uso do dinheiro, quando ele afirma: “(...) era difícil uma pessoa ir ao cartório para se registrar, ele levava, pagava. (...) mas antigamente tudo que se fazia assim, era o político porque ninguém tinha dinheiro.” Então, o serviço prestado que Manequinho exercia em prol de alguns populares, graças ao seu capital econômico, facilitava com que as pessoas mantivessem uma fidelidade ao votar nele para prefeito ou em Manoel Chicó quando era indicado por ele. Essa era uma das formas dos populares agradecerem o “favor” que algum político realizava. Havia um monopólio na política local de um pequeno grupo, apenas os

²² Idem.

Cordeiros e os Patrícios mandavam e não eram contrariados porque só eles eram detentores de um capital principalmente econômico. Para entendermos melhor porque um restrito grupo se destaca em relação a outro, basta compreendermos o que diz Bourdieu na sua obra “O Poder Simbólico”:

(...) a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e portanto tanto mais provável, quanto mais despossados de instrumentos materiais e culturais necessários a participação activa na política estão os simples aderentes – sobretudo, *o tempo livre e o capital cultural*. (BOURDIEU, 1998, p.164).

Observamos nos depoimentos de Manoel Chicó e de Damião Zelo haver uma certa negação relacionada à compra de votos no período em que Manoel Chicó e Manequinho atuaram na política local. Falam de forma negativa que naquele tempo não havia compra de votos. Damião Zelo diz na sua fala: “hoje mudou tudo, hoje quem não tem dinheiro não é prefeito”. Quando perguntamos sobre “compra de votos”, a Manoel Chicó, ele afirmou: “Naquela época não tinha isso não.” Porém, realizamos uma entrevista com a professora Helena Gonçalves da Silva, que foi a primeira professora de História do município de São Vicente do Seridó, graduada pela FURNE no final da década de 1980, na entrevista que nos concedeu ela fala sobre os mandatos que presenciou de Manoel Chicó, Manequinho e Mizinho. Segundo a professora Helena da Silva, nas décadas de 60 e 70, já havia sim, compra de votos no município de São Vicente do Seridó. Durante a entrevista, Helena da Silva canta alguns trechos das músicas da campanha eleitoral de 1976, em que Mizinho derrotou o candidato situacionista apresentado por Manequinho, seu aliado Manoel Chicó. Desta forma, Helena da Silva tenta mostrar que até nas letras das músicas há referência a compra de votos. Em alguns momentos da entrevista, Helena chega até se emocionar ao trazer à tona suas memórias. Quando perguntamos a ela como um político conquistava o eleitor, ela diz:

Mudou só a maneira, mas a compra de votos é do mesmo jeito. Davam o que? Dois sacos de cimento, um saco de cimento, davam dinheiro, para muita gente Manoel Chicó emprestava o dinheiro e na época não recebia para votar, davam roupas, davam calçados, tudo, tudo e dinheiro também. Na época, Mizinho sai candidato com Pedro Teodósio, aí Panageiro era da família de Pedro e era tudo do lado de Manequinho, ele viu que o barco estava furado e Mizinho ia ganhar, aí ele foi e fez uma música, ainda eu lembro dos versos que Panageiro fez: *Esta noite eu tive um sonho só pensando em ti, em Mizinho e Pedrinho pra se decidir*. Aí quando Mizinho ganhou, ele botou essa no ar: *Quebra, quebra, quebra a cara quem votou errado, meu voto foi de Mizinho e não foi “comprado”*. Para tu ver que existia compra de votos na época, aí botou mais assim, como Seridó faz

parte de São Vicente, “*O povo de Seridó quer se libertar derrotando os chicó pra vitoriar*”. Foi a política mais arrojada e mais bonita que houve, em toda época foi essa²³.

Em 1976, com a vitória de Mizinho quebra-se o ciclo “De Mané para Mané”, mas o município continua sendo governado nas gestões seguintes, por representantes das mesmas famílias Cordeiro e Patrício. Quando analisamos a relação dos candidatos desta eleição de 1976 percebemos a força do Capital Político da família Cordeiro, onde a maioria dos candidatos que concorreram ao cargo de prefeito de São Vicente do Seridó, foram quase todos da mesma família Cordeiro, conforme tabela a baixo:

Tabela 2

Nº	Candidato	Partido / Coligação	Votação	% Válidos	Situação
	Severino Cordeiro Martins <i>Vice Prefeito: Pedro Theodozio de Oliveira</i>	MDB1	990	44,72 %	Eleito
	Manoel Chico <i>Vice Prefeito: Juaci Cordeiro de Souza</i>	ARENA2	688	31,07 %	Não Eleito
	José Cordeiro Neto <i>Vice Prefeito: Pedro Alves da Silva</i>	ARENA1	246	11,11 %	Não Eleito
	Maria Auxiliadora Gonçalves Cordeiro	MDB2	217	9,80 %	Não Eleito
	José Teodósio	ARENA3	73	3,30 %	Não Eleito
	Votos Brancos		25		
	Votos Nulos		26		
	Total apurado		2.265		
	Eleitorado		2.655		
	Abstenção		390	14,69 %	

Fonte: TER-PB / <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>

Neste pleito de 1976 identificamos que quase todos os candidatos eram da mesma família Cordeiro. O candidato eleito foi Severino Cordeiro Martins (Mizinho) pelo MDB1, que também lançou a candidatura de sua esposa Maria Auxiliadora Gonçalves Cordeiro pelo MDB2. O candidato que ficou em segundo lugar foi Manoel Chicó da Arena2 que teve como candidato a vice-prefeito o seu próprio filho Juaci Cordeiro de Souza,²⁴ este se tornaria prefeito de São Vicente do Seridó na gestão de 1993 a 1996. O candidato da Arena1 foi José Cordeiro Neto, pai de Manoel Chicó. Vemos que em uma mesma família: pai, filho e neto concorreram ao cargo na chapa majoritária. Percebe-se nesta eleição o predomínio de uma

²³ Depoimento de Helena Gonçalves da Silva ao autor, em 04 de Julho de 2014.

²⁴ Juaci Cordeiro de Souza nasceu em 12/09/1955, é graduado em Administração de Empresa, foi prefeito de São Vicente do Seridó de 1993 a 1996, vereador por Cubati nas gestões 1989 a 1992, 2005 a 2008 e 2009 a 2012. Atualmente é Agente Administrativo na Cagepa de São Vicente do Seridó.

única família, momento em que a família Patrício sai de cena até a eleição do filho de Manoel Patrício, Damião Zelo de Gouveia Neto em 1988. Nesta eleição de 1976 ocorreu um fato único no município e raro nos dias atuais, que foi um candidato a prefeito lançar o próprio filho como seu candidato a vice-prefeito. Conforme a Tabela 2, o único candidato a prefeito que não pertencia aos Cordeiros era José Teodósio da Arena3 que obteve apenas 73 votos, 3,30% dos votos apurados. Estes dados mostram a força de uma oligarquia que predominou no município de São Vicente do Seridó por várias décadas.

Ao analisar os depoimentos de cada entrevistado, torna-se difícil sustentar a idéia de que não havia compra de votos nos períodos em que Manoel Chicó, Manequinho e Mizinho eram prefeitos. As práticas empregadas pelos Patrícios e Cordeiros faziam com que não houvesse espaço para o surgimento de novas famílias no poder executivo de São Vicente do Seridó, a permanência deste monopólio pode ser explicada por Bourdieu, que afirma:

(...) a produção das formas de percepção e de expressão politicamente actuantes e legítimas é monopólio dos profissionais e se acha portanto sujeita aos constrangimentos e às limitações inerentes ao funcionamento do campo político, vê-se que os efeitos da lógica censitária, que rege de facto o acesso às escolhas entre os produtos políticos oferecidos, estão acrescidos dos efeitos da lógica oligopolística que rege a oferta dos produtos. Monopólio da produção entregue a um corpo de profissionais, quer dizer, a um pequeno número de unidades de produção, controladas elas mesmas pelos profissionais; constrangimentos que pesam nas opções dos consumidores, que estão tanto mais condenados à *fidelidade* indiscutida às marcas conhecidas e à delegação incondicional nos seus representantes quanto mais desprovidos estão de *competência social* para a política e de instrumentos próprios de produção de discursos ou actos políticos: o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem (BOURDIEU, 1998, p.166).

Compreende-se que uma das práticas mais utilizadas para a manutenção deste monopólio foi o uso da força econômica. Mas, será que podemos resumir que a construção do “Capital Político” dos Patrícios e Cordeiros se deu apenas pelo o uso das forças econômicas e sociais? De forma alguma. Para Bourdieu, o capital não é necessariamente material, mas simbólico, mesmo, muitas vezes o político tendo que utilizar-se da força econômica para manter-se no poder, há sempre um simbolismo em tais práticas.

Seria um erro subestimar a autonomia e a eficácia específica de tudo o que acontece no campo político e reduzir a história propriamente política a uma espécie de manifestação epifenômica das forças econômicas e sociais de que os actores políticos seriam, de certo modo, os títeres. Além de que isso seria ignorar a eficácia propriamente simbólica da representação e da crença mobilizadora que ela suscita pela força da objectivação, equivaleria ainda a

esquecer o poder propriamente político de *governo* que, por muito dependente que seja das forças econômicas e sociais, pode garantir uma eficácia real sobre essas forças por meio da acção sobre os instrumentos de administração das coisas e das pessoas. (BOURDIEU, 1998, p.175).

Assim como foi feito nas demais entrevistas, também nos depoimentos que coletamos de Damião tentamos descobrir quais relações o seu pai Menequinho manteve com os militares. Sabendo que os dois mandatos de Manequinho aconteceram dentro do período da Ditadura Militar, no seu primeiro mandato o Brasil foi governado por Castelo Branco e Arthur da Costa e Silva e, no segundo mandato, os presidentes do Brasil foram Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel. Ao comentar com Damião que o governo de Manequinho ocorreu nesse período, perguntamos como seu pai via a política praticada pelos militares, se fazia alguma crítica ao Regime, e ele afirmou: “Não, naquele tempo não podia nem se falar, ele era calado e fazia só a parte dele no município, ele queria resolver o problema do município, era mais do estado com o município.”²⁵

Porém, é provável que o silêncio de Manequinho, o motivo do silenciamento com relação aos militares não era por temer alguma perseguição, mas de fato, por ser aliado dos militares. No seu segundo mandato Manequinho se elegeu a prefeito pelo partido da Arena e um dos mais temidos repressores dos movimentos sociais da Paraíba como já havíamos falado neste trabalho, o coronel da polícia militar, Luiz de Barros, que teve forte atuação política no período da Ditadura Militar, tinha a pessoa de Manequinho como o seu maior aliado político no município de São Vicente do Seridó. Segundo o depoimento da professora Helena da Silva, “Luiz de Barros era compadre de Manequinho e quando ele vinha para o município ficava na casa de Manequinho.”²⁶ Portanto, apesar de Manequinho ter deixado de exercer o cargo de prefeito e seu candidato Manoel Chicó ter perdido as eleições municipais de 1976 para Mizinho, ainda assim, ele continuou com forças na política local, exatamente por ser aliado dos militares. Com o apoio de Luiz de Barros, Manequinho era quem mandava na polícia militar do município. Segundo Helena da Silva, Manequinho trouxe um sargento da polícia para município que obedecia a suas ordens. Ela conta até um relato da prisão injusta de um sindicalista a mando de Manequinho:

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

(...) trouxeram sargento Rodrigues para aqui, quem trouxe ele foi exatamente Manequinho porque ele tinha o poder político, Mizinho era o prefeito, mas o poder político dentro da polícia militar era de Manequinho. Manequinho trouxe Sargento Rodrigues pra aqui e o sargento Rodrigues era um “pau mandado” de Manequinho. (...) Manequinho mandou sargento Rodrigues prender Manoel de Joca, (...) não existia um fato concreto, um crime para prender ele, foi ilegal a prisão dele, não alegaram nada, vou prender e deixar ele preso, só que na época ele (Manoel de Joca) era meu compadre, já tinha uma família constituída com Zezé minha irmã que vivia com ele e já tinha filhos, aí ele disse o que é que faço comadre Helena, eu disse a gente faz o seguinte, você não tem força política, vamos até a Assembléia Legislativa, você comunica o caso e lá você ver como resolve, porque não podem chegar de repente e lhe prender o que você não deve, aí a gente foi, eu fui com ele lembro como hoje, fomos para Assembléia, até foi Mizinho que deu o carro, a gente foi lá para João Pessoa, chegando lá ele fez apelo a todos os deputados, aí mandaram haver uma sindicância, quando veio a sindicância, aí o sargento foi punido por isso, aí foi para julgamento, foi para justiça mesmo, aí todos quando chegava lá, o promotor dizia esse não é o motivo dele ter sido preso, aí eu sei que conclusão foi comprovado que foi uma questão política, perseguição política, aí foi quando sargento Rodrigues tiraram ele daqui de imediatamente, primeiro ele prendeu Manoel de Joca, nem sequer autuou a prisão dele, não fez nada, no relatório não fez nada, prendeu ele como se fosse um animal, um bicho.²⁷

De acordo com os relatos dos depoimentos, nota-se que Manequinho, com o apoio de Luiz de Barros no período em que atuou como político no município de São Vicente do Seridó, muitas vezes utilizou-se da violência simbólica para manter o monopólio na política. Podemos perceber que não apenas a violência simbólica como é descrita por Bourdieu, mas também, com o apoio de Luiz de Barros, seus aliados muitas vezes usaram da violência física literalmente, como afirmou Gutemberg quando diz: “(...) as pessoas que se declarasse no meio da rua que votava em pai e fosse desses que bebesse e ir para bar, oxe, ele apanhava tranquilo. (...) Batiam e eram protegidos por Luiz de Barros, batiam e corriam para casa de Manequinho (...)”.

Notamos o uso da violência, como no caso do sindicalista Manoel de Joca relatado por Helena. Estes tipos de prisão eram comuns no Brasil no período da Ditadura Militar, a polícia exercia uma repressão aos opositores do regime, muitas vezes prendiam e até torturavam sem motivo aparente, sem lavrar uma infração cometida, a polícia cometia muitos excessos alegando uma “imposição da ordem”.

Ficamos impressionados ao saber que, até em municípios de pequeno porte, como São Vicente do Seridó, que aparentemente não havia sofrido nenhuma influência da ditadura, hou-

²⁷ Idem.

ve de fato, uma violência apoiada nos aparelhos repressivos do Estado. A participação de Luiz de Barros foi tão ativa no município que até a mudança do nome e da sede do município para São Vicente do Seridó, ocorreu através de um projeto de Lei Estadual n.º 3.516 apresentado na Assembléia Legislativa do Estado, de autoria de Luiz de Barros. Quando indagamos Damião sobre qual influência Manequinho teve na mudança do nome e da sede do município, ele afirmou:

Influência ele teve porque era prefeito na época. Então a influência foi mais dele, porque aqui, São Vicente do Seridó cresceu mais e tudo que se queria, tinha feira, era São Vicente do Seridó. Então, Luiz de Barros que era o deputado da região, ele fez um projeto de lei e transferiu a sede de Seridó para São Vicente do Seridó.²⁷

De acordo com Damião, Manequinho tinha força política mesmo Mizinho sendo prefeito, porque seu deputado Luiz de Barros foi o mais votado do município e Mizinho não tinha o controle de nada porque Zé Lira não era o deputado majoritário do município. Então tudo o que era relacionado ao governo do Estado quem mandava era Manequinho. Desta forma, ver-se uma violência simbólica praticada e legitimada por um mandatário do Estado (Deputado aliado aos militares), conforme afirma Bourdieu:

Assim todas as estratégias simbólicas por meio das quais os agentes procuram impor a sua visão das divisões do mundo social e da sua posição nesse mundo podem situar-se entre dois extremos: o insulto, *idios logos* pelo qual um simples particular tenta impor o seu ponto de vista correndo o risco da reciprocidade; a *nomeação oficial*, ato de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do coletivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor do *monopólio da violência simbólica legítima*. (BOURDIEU, 1998, p.146).

²⁸ Idem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de todo este trabalho, utilizando o método da História Oral na realização das entrevistas com cidadãos São vicentinos e analisando segundo a teoria do sociólogo Pierre Bourdieu, chegamos à compreensão de que o capital político das famílias Patrício e Cordeiro, que foi sendo construído ao longo de vários anos, constitui-se na soma de várias práticas que foram sendo usadas por cada representante das duas famílias, desde quando ingressaram na vida política e continuaram utilizando-se das mesmas práticas quando exerciam o poder executivo pelo município de São Vicente do Seridó.

Mas, que práticas seriam estas que estes políticos locais usaram? Em nossa pesquisa conseguimos identificar que o uso do poder econômico foi um dos fatores que mais contribuíram para que os prefeitos das famílias Patrício e Cordeiro se perpetuassem no poder executivo de São Vicente do Seridó. Todos os prefeitos analisados na nossa pesquisa exerceram atividades comerciais antes mesmo de se tornarem políticos e alguns até continuaram exercendo as duas atividades, a de gestor municipal e a de comerciante ao mesmo tempo. O uso do capital financeiro adquirido no comércio, muitas vezes serviu para se manterem na política, como por exemplo quando Manoel Chicó emprestava seu dinheiro aos agricultores para só pagarem quando lucrassem e muitas vezes o agricultor lucrando ou não retribuía o favor feito por Manoel Chicó, votando nele ou em seu aliado para prefeito.

Porém, o que constituía o capital político dos Patrícios e Cordeiros não foi apenas o uso do poder econômico, podemos perceber isto, quando no início da década de 70 Mizinho que era aliado de Manoel Chicó e de Manoel Patrício, rompe com os dois e se candidata a prefeito na eleição de 1976 vencendo seus adversários. Vale ressaltar que neste período Mizinho era um sindicalista e não detinha de um poder econômico como possuía Manoel Chicó e Manoel Patrício. Percebemos que Mizinho utilizou-se do Capital Cultural que possuía, serviu a Marinha do Brasil, foi secretário geral da Prefeitura Municipal de São Vicente do Seridó e fundou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais no município, levando os agricultores a Campina Grande para se aposentarem. Desta maneira, entendemos quando Bourdieu afirma que o capital político é uma forma de capital simbólico, para este autor nem sempre o capital significa um capital econômico e material. Outro exemplo, que mostra que o capital político é uma forma de capital simbólico e que nem sempre significa ser detentor de uma força econômica, é quando analisamos as permanências e vemos agentes políticos das famílias Cordeiro e Patrício não possuírem nenhum poder econômico e ainda assim,

exercerem forte atuação política, conseguindo nos pleitos eleitorais quantidades de votos significativas.

Outras práticas que foram usadas pelos agentes políticos locais para se manterem no poder, principalmente por integrantes da família Patrício, e que analisamos neste trabalho foi o uso da violência simbólica, conceito trabalhado por Bourdieu. O uso da violência simbólica no município se deu mais devido a forte atuação do coronel da polícia militar, Luiz de Barros. Devido a esta pesquisa veio à tona a memória de fatos ocorridos em São Vicente do Seridó, no período da Ditadura Militar, que talvez, se não houvesse um trabalho deste, com o tempo cairia no esquecimento.

Deste modo, esperamos que esta monografia tenha contribuído de alguma forma para preservação da memória do município de São Vicente do Seridó e assim no futuro sirva como fonte para novos estudantes e pesquisadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

_____. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p.155-202.

ALGATÃO, Filipe Cordeiro de Souza. **Os Tropeiros no Século XXI e o Sentido Contemporâneo dessa Atividade**: Estudo de Caso no Vale do Paraíba e Serra da Mantiqueira. Campinas. Unicamp, 2013.

BARROS, José D'Assunção. História Política: Da expansão conceitual às novas conexões intradisciplinares. **Revista OPSIS**, Catalão, v. 12, n. 1, p. 29-55 - jan./jun. 2012.

_____. Os Campos da História – uma introdução às especialidades da História. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.16, p.17-35 dez. 2004.

_____. **O Projeto de Pesquisa em História**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: **Cultura Política: Memória e Historiografia**. Orgs. Cecília Azevedo [et al.]. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

_____. Os Partidos. In: REMOND, René. **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BOBBIO, Norberto. “Política”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicolas; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11ª ed. Brasília: UNB, 1998. p.954-962.

_____. “Oligarquia”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicolas; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11ª ed. Brasília: UNB, 1998. p.835.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História?** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

_____. Os usos do “povo”. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. A delegação e o fetichismo do político. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CITTADINO, Monique. **O Golpe de 1964 e a Instalação da Repressão na Paraíba**. João Pessoa: [s.n], 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena. (Orgs). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fio Cruz e Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FIGUEIREDO, Marcus Farias. **A Decisão do Voto: (democracia e racionalidade)**. São Paulo: Sumaré, 1991.

FREITAS, Sonia Maria de. **História Oral: Possibilidades e procedimentos**. 2ª ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

HIRANO, Sedi. Política e economia como formas de dominação: o trabalho intelectual em Marx. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 13(2): p.1-20, novembro de 2001.

JULLIARD, Jacques. “A Política”. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: novas abordagens**. Tradução Henrique Mesquita. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

PESSOA, Petrucio Ladjânio Araújo. **Tropeiros ou Roceiros? Estudo de uma Comunidade Rural em São Vicente do Seridó – PB (1923-1933)**. Campina Grande, 2003.

REMOND, René. Uma História Presente. In: _____. **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

_____. As Eleições. In: _____. **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

2. Fontes Orais:

CORDEIRO, Manoel. **Entrevista concedida a José Hélio Cordeiro Gonçalves**. 04 de maio de 2014.

MARTINS, Gutemberg Cordeiro. **Entrevista concedida a José Hélio Cordeiro Gonçalves.** 04 de maio de 2014.

NETO, Damião Zelo de Gouveia. **Entrevista concedida a José Hélio Cordeiro Gonçalves.** 11 de maio de 2014.

SILVA, Helena Gonçalves da. **Entrevista concedida a José Hélio Cordeiro Gonçalves.** 04 de julho de 2014.

3. Sites:

Cultura Política: a História Política além do evento e dos grandes homens. Disponível em: www.historyhistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=245/ Acesso em 10 de Abril de 2014.

Espaço Ética

Disponível em: <http://www.espacoetica.com.br/aulas-etica-gravadas.php?id=15/> Acesso em 07 de Junho de 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. 1992. **A nova velha história.** Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1937/1076>. Acessado em 16/04/2014.

Histórico de município SÃO VICENTE DO SERIDÓ. Disponível em: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes/>. Acesso em 20 de Fevereiro de 2014.

IBGE. Disponível em:

www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=251540&search=paraiba|sao-vicente-do-serido|infograficos:-historico/ Acesso em 10 de Abril de 2014.

O Golpe de 1964 e a Instalação da Repressão na Paraíba. Disponível em:

http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/observa_paraiba_001.pdf/ Acesso em 05 de Maio de 2014.

Pierre Bourdieu: Disponível em:

<http://www.bourdieu.com.br/>. Acesso em 22 de Março de 2014.

Prefeitura de São Vicente do Seridó. Disponível em:

www.saovicentadoserido.pb.gov.br/. Acesso em 03 de Abril de 2014.

Uma introdução a Pierre Bourdieu: Disponível em:

<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/uma-introducao-a-pierre-bourdieu/>. Acesso em 22 de Março de 2014.